

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
Cristalina – GO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Posse/GO e Região e Fluxo de Caixa negativo

Chamamos a atenção às notas explicativas 1 - Contexto Operacional e 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis que descrevem a aprovação e a incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Posse/GO e Região – Sicredi Integração GO, razão pela qual as demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas com os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2014.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015 apresenta fluxo de caixa das atividades operacionais positivo em R\$ em R\$ 2.567 mil, entretanto, o fluxo de caixa das atividades operacionais do 2º semestre de 2015 foi negativo em R\$ 25.722.

Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a estes assuntos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2016



Marcela Mies Laino
Contador - CRC- RS 074.511/O-4 "S" GO
CNAI 2230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 234.961 mil, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 174.470 mil.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 143.908 mil, representando 80,39% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 19.573 mil, compondo 10,93% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 15.541 mil ou 8,68% do total.

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 154.011 mil em dezembro de 2015.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 74.865 mil. Os depósitos à vista alcançaram o valor de R\$ 35.754 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 42.976 mil.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

ATIVO	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2015
CIRCULANTE	208.959	CIRCULANTE	116.503
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	10.558	DEPÓSITOS (NOTA 09)	36.739
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	50.298	Depósitos à Vista	35.754
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	19	Depósitos Interfinanceiros	174
Correspondentes no país	54	Depósitos a Prazo	811
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	50.225	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	64.209
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	140.520	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	10
Operações de Crédito	155.471	Repasses Interfinanceiros (NOTA 10)	64.199
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.951)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	242
OUTROS CRÉDITOS	6.618	Recursos em Trânsito de Terceiros	242
Créditos por Avais e Fianças Honrados	142	OUTRAS OBRIGAÇÕES	15.313
Rendas a Receber	878	Cobrança e Arrecadação de Tributos	43
Diversos (NOTA 06)	5.853	Sociais e Estatutárias	455
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(255)	Fiscais e Previdenciárias	566
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	965	Diversas (NOTA 11)	14.249
Outros Valores e Bens	839		
(Provisão para desvalorização)	(1)		
Despesas Antecipadas	127		
NÃO CIRCULANTE	26.002	NÃO CIRCULANTE	75.482
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.554	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	75.482
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	10.554	DEPÓSITOS (NOTA 09)	74.054
Operações de Crédito	18.999	Depósitos a Prazo	74.054
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.445)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.428
		Repasses Interfinanceiros (NOTA 10)	1.428
PERMANENTE	15.448	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.976
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	8.401	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	32.007
Outros Investimentos	8.401	De Domiciliados no País	32.355
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	6.232	(Capital a Realizar)	(348)
Imóveis de Uso	263	RESERVAS DE SOBRAS	9.327
Outras Imobilizações de Uso	8.167	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.642
(Depreciação acumulada)	(2.198)		
INTANGÍVEL (NOTA 08b)	815		
Outros Ativos Intangíveis	1.128		
(Amortização acumulada)	(313)		
TOTAL DO ATIVO	234.961	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	234.961

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.604	3	30.607	49.694	5	49.699
Operações de Crédito	30.604	3	30.607	49.694	5	49.699
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.928)	(90)	(24.018)	(37.288)	(188)	(37.476)
Operações de Captação no Mercado	(5.671)	(5)	(5.676)	(9.708)	(8)	(9.716)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.301)	(85)	(9.386)	(13.963)	(180)	(14.143)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.956)	-	(8.956)	(13.617)	-	(13.617)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.676	(87)	6.589	12.406	(183)	12.223
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.049)	927	(5.122)	(9.328)	1.406	(7.922)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.452	1.662	3.114	2.698	3.225	5.923
Rendas de Tarifas Bancárias	1.157	1	1.158	2.083	2	2.085
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.951)	(370)	(7.321)	(12.401)	(568)	(12.969)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(5.327)	(493)	(5.820)	(9.493)	(695)	(10.188)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(449)	(460)	(22)	(1.171)	(1.193)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	7.523	721	8.244	14.403	824	15.227
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(3.892)	(145)	(4.037)	(6.596)	(211)	(6.807)
RESULTADO OPERACIONAL	627	840	1.467	3.078	1.223	4.301
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(71)	7	(64)	572	5	577
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	556	847	1.403	3.650	1.228	4.878
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	556	847	1.403	3.650	1.228	4.878
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.228	(1.228)	-
RESULTADO DE INCORPORAÇÃO	-	-	-	(192)	-	(192)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	556	847	1.403	4.686	-	4.686
DESTINAÇÕES	-	-	-	(3.044)	-	(3.044)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.058)	-	(1.058)
Fates - Estatutário	-	-	-	(164)	-	(164)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.478)	-	(1.478)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(344)	-	(344)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.642	-	1.642

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	26.458	7.423	34	33.915
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	17	-	(34)	(17)
Saldo de Incorporação	3.057	82	(192)	2.947
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.676	-	-	3.676
Baixas de capital	(2.240)	-	-	(2.240)
Resultado do período	-	-	4.878	4.878
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(164)	(164)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.478	(1.478)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.039	-	(1.058)	(19)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	344	(344)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	32.007	9.327	1.642	42.976
Mutações do Período	5.549	1.904	1.608	9.061
Saldos no início do período em 01/07/2015	29.955	7.505	3.283	40.743
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.242	-	-	2.242
Baixas de capital	(1.229)	-	-	(1.229)
Resultado do período	-	-	1.403	1.403
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(164)	(164)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.478	(1.478)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.039	-	(1.058)	(19)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	344	(344)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	32.007	9.327	1.642	42.976
Mutações do Período	2.052	1.822	(1.641)	2.233

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.044	14.385
Resultado do exercício	1.403	4.808
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.641	9.577
(Reversão) Provisão para operações de crédito	4.525	8.903
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1	1
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	158	169
Depreciação do imobilizado de uso	412	774
Amortização do intangível	62	101
Baixas do ativo permanente	-	7
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(21)	(6)
Destinações ao FATES	(164)	(164)
Dividendos SicrediPar	(332)	(208)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(31.766)	(11.818)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	2.185	(18)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	-	227
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	28	23
(Aumento) Redução em operações de crédito	(23.799)	(31.773)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	7.655	15.362
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.188)	(1.622)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(486)	(796)
Aumento (Redução) em depósitos	(12.596)	23.565
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(20)	65
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(11.086)	(18.404)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(191)	(324)
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.732	1.877
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(25.722)	2.567
Aquisição de Investimentos	-	(438)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.258)	(2.751)
Aplicações no Intangível	(248)	(489)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.506)	(3.678)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	802
Integralização de capital	2.242	3.700
Baixa de capital	(1.230)	(2.252)
Juros ao capital próprio	(19)	(19)
Distribuição de Sobras	-	(17)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	993	2.214
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(27.235)	1.103
Caixa e equivalente de caixa no início do período	88.018	59.680
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	60.783	60.783

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/2008 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 02/03/2015, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Posse/GO e Região.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2015.

Devido à incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Posse/GO e Região, as demonstrações contábeis não estão apresentadas de forma comparativa, devido a não consolidação dos saldos contábeis do exercício anterior.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015
Disponibilidades	10.558
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	50.225
Total	60.783

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	100.672	15.871	116.543
Financiamentos	3.255	908	4.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	51.544	2.220	53.764
Carteira total	155.471	18.999	174.470

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	6.068	24.119	51.584	10.510	92.281
Rural	690	9.086	41.768	2.220	53.764
Industrial	-	874	762	898	2.534
Comércio	1.420	6.372	5.044	4.208	17.044
Outros Serviços	625	3.739	3.320	1.163	8.847
Total	8.803	44.190	102.478	18.999	174.470

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira	Provisão para operações de Crédito
		31/12/2015	31/12/2015
Nível A	0,50	40.859	204
Nível B	1,00	59.445	594
Nível C	3,00	43.604	1.308
Nível D	10,00	8.085	808
Nível E	30,00	5.567	1.670
Nível F	50,00	3.430	1.715
Nível G	70,00	2.491	1.744
Nível H	100,00	15.541	15.541
Total (i)		179.022	23.584

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 20,13% em relação a metodologia anterior.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Avais e Fianças Honrados	142	-	142
Títulos e créditos a receber	4.410	-	4.410
Total	4.552	-	4.552

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	42	-	42
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	555	-	555
Devedores por depósitos em garantia	7	-	7
Impostos e contribuições a compensar	180	-	180
Títulos e créditos a receber	4.410	-	4.410
Devedores diversos - País (ii)	659	-	659
Total	5.853	-	5.853

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015
Pendência a Regularizar	236
Pendência - Processos Centralizados	189
Outros Devedores	129
Transitoria Saque Tecban - Visa	31
Transitória Sobre Lógica	56
Outros	18
Total	659

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015
Imóveis	679
Veículos e afins	19
Bens em regime especial	141
Subtotal Bens não de uso próprio	839

Despesas antecipadas	127
----------------------	-----

Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	1
---	---	---

Total Outros Valores e Bens	965
------------------------------------	------------

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015
Cooperativa Central Sicredi (i)	4.095
Sicredi Participações S.A. (i)	4.304
Outras Participações e Investimentos	2
Sicredi Fundos Garantidores (i)	2
Total	8.401

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central Sicredi
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Número de ações/quotas possuídas	1.395.935 ON	2	4.095.194
	2.908.291 PN	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,54%	1,45%	12,51%
Capital social	804.351	138	32.723
Patrimônio líquido	874.462	193.717	34.580
Lucro líquido do exercício	62.184	-	640
Valor do investimento	4.304	2	4.095

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015		
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido
Imobilizações em curso	-	2.667	-	2.667
Edificações	4%	263	- 30	233
Instalações	10%	2.518	- 816	1.702
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.094	- 330	764
Sistema de comunicação	10%	51	- 15	36
Sistema de processamento de dados	20%	1.287	- 735	552
Sistema de segurança	10%	151	- 57	94
Sistema de transporte	20%	399	- 215	184
Imobilizado de Uso (i)	-	8.430	- 2.198	6.232
Intangível (ii)		1.128	- 313	815
Investimentos Confederação		1.128	- 313	815
Total		9.558	- 2.511	7.047

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Depósitos à vista	35.754	-	-	35.754
Depósitos Interfinanceiros	174	-	-	174
Depósitos a prazo	341	470	74.054	74.865
Total	36.269	470	74.054	110.793

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			Total
	Circulante	Não Circulante		
Recursos do Crédito Rural	64.199	1.428		65.627
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	64.199	1.428		65.627
Total	64.199	1.428		65.627

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 4,11% a.a. até 10,39% a.a. com vencimento de 07/01/2016 até 07/10/2018.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			Total
	Circulante	Não Circulante		
Cheques administrativos	5.768	-		5.768
Obrigações por convênios oficiais	390	-		390
Provisão para pagamentos a efetuar	1.687	-		1.687
Provisão para passivos contingentes (i)	1.510	-		1.510
Cretores diversos - país (ii)	4.894	-		4.894
Total	14.249	-		14.249

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 1.484 mil.

Credores Diversos - País	31/12/2015
Parcelado Lojista a Vencer - Visa	1.947
Agenda cartão Visa a pagar	1.710
Contas a pagar - demais fornecedores	301
Agenda cartão Mastercard a pagar	198
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard	182
Contas a pagar - empresas do grupo	150
Outros	406
Total	4.894

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Cível	32	16	- 22	26
Total	32	16	- 22	26

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Saldo em 31/12/2015
Cível	Provável	26	26
Cível	Possível	1	1
Total		27	27

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015
Capital Social (valores em milhares de Reais)	32.007
Total de associados	11.881

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,5% em Capital, no montante de R\$ 1.058 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015
Ativo	
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	50.225
Diversos	495
Investimentos (Nota 08a)	4.095
Intangível (Nota 08b)	815
Passivo	
Provisões para pagamentos a efetuar	164
Credores Diversos	148
Receitas	
Outros ingressos e receitas operacionais	9.123
Despesas	
Operações de Empréstimos e Repasses	67
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	505
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	2.576

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total
Depósitos à vista	299	0,84%
Pessoas físicas	299	
Depósitos a prazo	1.209	1,62%
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.209	
Operações de crédito	4.538	2,60%

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015
Pessoas chave da administração	1.472

valores em milhares de Reais

*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 52,54% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no segundo semestre de 2014, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva de acordo com o Art. 18 da Resolução CMN nº 3.859/2010.

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 9.120 mil (R\$ 5.765 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 1.820 mil (R\$ 1.057 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 1.009 mil (R\$ 323 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 706 mil (R\$ 413 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

NOTA 17 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015
Garantias prestadas em operações de associados (i)	34.556
Aval - CPR	665
BNDES automático	989
Consórcio Sicredi	-
CDC - Banco Volkswagen	90
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	16.964
FCO - Empresarial e Rural	7.896
Moderagro	3.259
Moderfrota	684
Moderinfra	933
Procaminhoneiro	523
Pronaf	910
Coobrigações Inadimplência	6
Inovagro	633
ABC Floresta	1.004
Total	34.556

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A.,

NOTA 18 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Ronaldo Sorana Gomes
Diretor Executivo
CPF: 822.231.491-20

Mario Gustavo Aquino
Diretor de Operações
CPF: 816.961.591-72

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72